



LEI Nº 925/2015

Estima a Receita e Fixa a Despesa sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Ferreiros, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, consoante disposições contidas no § 1º do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, do art. 165, § 2.º, da Constituição Federal e do art. 4.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º – A Presente Lei estima a Receita em R\$27.852.632,58 (Vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) e fixa a Despesa em igual valor, do Município de Ferreiros para o Exercício de 2016, compreendendo:

ORÇAMENTO GERAL 2016	
	<i>Em R\$ 1,00</i>
I – GERAL	
RECEITAS	27.852.632,58
DESPEASAS	27.852.632,58
II - FISCAL	
RECEITAS	20.216.233,17
DESPEASAS	20.216.233,17
III - SEGURIDADE SOCIAL	
RECEITAS	7.636.399,41
DESPEASAS	7.636.399,41

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Municipais, seus órgãos e entidades da Administração Direta, inclusive Fundos e Fundação instituída pelo Poder Público;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculadas;

Art. 2º – Ficam estimadas as Receitas e fixadas as Despesas, respeitadas as fontes de recursos estabelecidas e indicam compatibilidade e adequação as Leis de Diretrizes Orçamentárias e PPA vigente.



Art. 3º. – A Receita total estimada no mesmo valor da Despesa Total em R\$27.852.632,58 (Vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) sendo R\$13.380.482,30 (Treze milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta centavos) do Tesouro Municipal e R\$14.472.150,28 (Quatorze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta reais e vinte e oito centavos) de outras fontes das entidades da Administração Indireta, inclusive Fundação instituída pelo Poder Público Municipal, bem como aos recursos vinculados no âmbito dos Poderes Estadual e Federal.

Art. 4º – A Receita será realizada mediante arrecadação dos Tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor, de acordo com o seguinte sumário Geral:

I - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
RECEITA CORRENTES	
Receita Tributária	614.389,35
Receita de Contribuições	490.903,47
Receita Patrimonial	338.792,50
Receita de Serviços	598.889,16
Transferências Correntes	22.252.056,73
Outras Receitas Correntes	898.354,09
Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentária	1.259.672,71
Outras Receitas Correntes	0.00
Dedução das Receitas para Formação do FUNDEB	-2.264.024,71
RECEITA DE CAPITAL	
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	3.663.599,28
TOTAL GERAL DA RECEITA PREVISTA	27.852.632,58

Art. 5º – A Despesa será realizada segundo a discriminação estabelecida pelas Portarias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

I - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
1. DESPESAS	
2.1 COM RECURSOS DO TESOURO e Outras Fontes	
01 – Legislativa	1.117.372,02
04 - Administração	3.131.313,49
06 – Segurança Pública	69.641,16
08 – Assistência Social	1.764.016,06
09 – Previdência Social	1.542.784,36



10 - Saúde	4.329.598,99
12 - Educação	7.910.694,05
13 - Cultura	1.004.966,39
14 - Direitos da Cidadania	38.036,78
15 - Urbanismo	2.522.899,37
16 - Habitação	494.206,53
17 - Saneamento	878.133,19
18 - Gestão Ambiental	28.722,50
20 - Agricultura	225.690,24
23 - Comércio e Serviços	30.766,66
25 - Energia	449.517,26
26 - Transporte	194.845,15
27 - Desporto e Lazer	1.020.001,01
28 - Encargos Especiais	459.037,79
99 - Reserva de Contingência	640.389,58
SUB TOTAL	27.852.632,58

I - ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
1. DESPESAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS	
3.1 DESPESAS CORRENTES	21.899.992,81
Pessoal e Encargos Sociais	12.639.019,96
Juros e Encargos da Dívida	39.943,15
Outras Despesas Correntes	9.221.029,70
3.2 - DESPESAS DE CAPITAL	5.312.250,19
Investimentos	5.191.362,94
Amortização da Dívida	120.887,25
3.3 - RESERVA DE CONTINGENCIA	640.389,58
Reserva de Contingência - Administração Direta	449.232,74
Reserva de Contingência - RPPS	191.156,84

SUB TOTAL	27.852.632,58
TOTAL GERAL ORCAMENTO FISCAL e DA SEGURIDADE	27.852.632,58
TOTAL GERAL DA DESPESA FIXADA	27.852.632,58



Art. 6º. – O Poder Executivo, no interesse da Administração poderá designar como Unidades Gestoras de Créditos Orçamentários, unidades orçamentárias subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas as unidades orçamentárias, atendendo as disposições do artigo 14, Parágrafo Único e do artigo 66 da Lei Federal n. 4.320/64 de 17 de Março de 1964.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do Parágrafo 8. do artigo 165 da Constituição Federal, a:

I – Abrir Créditos Suplementares, no decorrer do Exercício de 2016, até o limite do art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias em relação a Despesa Geral Fixada na presente Lei, para atender as Despesas cujas dotações se verificarem insuficientes;

II – realizar operações de créditos por antecipação da receita para atender a insuficiências de caixa.

III – Proceder remanejamento de dotações que tenham fontes de recursos compatíveis para adequação do cronograma orçamentário e financeiro.

Art. 8º – O Quadro de Detalhamento da Despesa por elemento, será publicado, através de Decreto do Poder Executivo, imediatamente após a publicação da Presente Lei, inclusive com indicação clara das fontes de recursos para execução orçamentária.

Parágrafo Único – A Discriminação da Despesa de que trata o caput deste artigo será feita em cada projeto, atividade, ou operações especiais com a demonstração, por fontes de recursos, das categorias econômicas, grupos de despesa, modalidades de aplicação e elementos de despesa, estes últimos poderão ser alterados por acréscimo de despesa, ou por sua inclusão em grupo de despesa, mediante registro contábil operacionalizado diretamente em sistema informatizado, não sendo computadas, tais alterações, nos limites legais autorizados para abertura de créditos suplementares, e que será disciplinado por portarias do Secretário da Fazenda do Município.

Art. 9º – Excluem-se dos limites definidos no caput do art. 7.º, os créditos suplementares decorrentes de operações de credito, e aquelas indicadas ao grupo de pessoal e encargos sociais, bem como aquelas previsões do art. 21 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10 – Para efeito das alterações orçamentárias através de créditos adicionais, observar-se o seguinte:

I – só será considerado credito adicional especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nos programas respectivos, desde que haja autorização legislativa específica para sua abertura;

II – não serão considerados, para efeito do Inciso I, a inclusão de dotação de dotação orçamentária já existente mesmo que em fonte de recursos não prevista, excepcionalmente regulamentado por portaria do Secretário Municipal da Fazenda.

Prefeitura



FERREIROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP: 55880-000
Fone (81) 3657.1156 - Fone/Fax (81) 3657.1111
CNPJ: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: CLAUBER CAVALLACANTI DE FRANCA
Acesse em: <https://eicarte.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4edc5c85-9012-4923-b955-be69c94cb401

III – a inclusão ou alteração de grupo de despesa em projeto, atividades ou operação especial, contemplados na Lei Orçamentária e em créditos adicionais será feita mediante a abertura de crédito adicional suplementares, respeitados os objetivos dos programas aos quais se vinculam;

Art. 11 – O Orçamento Anual, objetivo da presente lei corresponde ao Orçamento Fiscal e Orçamento de Seguridade Social, estabelecidos na legislação vigente.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos jurídicos a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Art. 13 – Ficam revogadas, expressamente, todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Setembro de 2015.



GILENO CAMPOS GOUVEIA FILHO
PREFEITO